

Lula negocia cargos para atrair antigos aliados de Bolsonaro



Fazendo a corte, Alexandre Padilha com Arthur Lira, ministro responsável pela articulação com o Congresso se reúne com caciques do Republicanos e do União Brasil, além de ter mantido contato com o PP, partido do presidente da Câmara

porém, já sinalizaram a Padilha a disposição de votar com Lula em propostas estratégicas como, por exemplo, a reforma tributária e, a depender dos parâmetros, a nova âncora fiscal que o governo apresentará. Para aceitar essa relação, o governo já entregou uma demanda apresentada pela legenda: apoiou e foi fundamental para aprovar o nome do deputado Jonathan de Jesus (Republicanos-RR) ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), na semana passada.

REACTUAÇÃO

Em outra frente de negociação, Alexandre Padilha vai se reunir nesta semana com o presidente do União Brasil, Luciano Bivar (PE). O partido já foi agraciado com três ministérios (Turismo, Comunicações e Integração Nacional). Ainda assim, não garante a maioria dos 59 votos esperados por Lula na Câmara. Para selar tal aliança, quer mais cargos. Aliados de Bivar afirmam que, "para começar", ele pedirá o comando da Sudene e da Codevasf, estatal que já está sob o controle de um apiniguado do líder da legenda na Câmara, Elmar Nascimento (BA), que tentou ser ministro de Lula, mas foi vetado pelo PT da Bahia. Agora, com apoio de Lira, Elmar está dobrando as exigências para angariar o apoio de seus colegas em favor do Planalto. O parlamentar alega que a sua tropa é maior que a do MDB e PSD, que também foram agraciados com três pastas cada.

A necessidade de ampliar a tropa de Lula no Congresso é consenso entre aliados do petista. Escolhido um dos vice-líderes do governo na Câmara, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) avalia que as primeiras votações vão dar ao Planalto uma noção de que falta à consolidação da governabilidade.

—A base está dada, agora a elasticidade dela depende da proposta, de como se conduz cada tema—afirmou.

Enquanto se articula na Câmara, o governo Lula já colhe os frutos da sua primeira vitória no Senado, com a reeleição do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que derrotou Rogério Marinho (PL-RN), apoiado por bolsonaristas. Após a eleição na Casa, o grupo oposicionista ficou isolado.

A pesar de ter a segunda maior bancada, o PL ficou sem cargos na Mesa Diretora.

Agora, o bloco formado por PL, PP e Republicanos tenta se organizar para garantir espaço em comissões consideradas estratégicas para aprovação de pautas de direita. O objetivo, porém, dificilmente será alcançado. Com apenas 22 senadores, o bloco afinado com Bolsonaro é menor do que o que reúne MDB, União Brasil, Podemos, PDT, PSDB e Rede, que soma 31 senadores. O grupo composto por PSD, PT e PSB conta com 28 membros.

O Planalto aposta numa negociação das comissões para começar a atrair opositoristas. O PP tem interesse no colegiado voltado a Relações Exteriores. Nomes de PL e Republicanos almejam áreas que possam explorar pautas conservadoras como, por exemplo, a de Segurança Pública e Educação e a de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle.



“É natural que o PP queira conversar. Mesmo porque o partido já declarou independência, mas parte da bancada não quer ser oposição”

Doutor Luizinho (PP-RJ), deputado

“Isso (recriação da Funasa) é fundamental para a relação com os partidos da base. Informe-me (aos ministros do governo) que não achei uma boa solução (sua extinção)”

Zeca Dirceu (PR), líder do PT na Câmara

PARA ATRAIR O CENTRÃO

Planalto mantém aliado de Lira em estatal e pode desistir do fim da Funasa

LAURIBERTO POMPEU, GABRIEL SABÓIA, BRUNO GÓES, SÉRGIO ROZO E JUSSARA SOARES

Após as eleições no Congresso, emissários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva intensificaram as conversas com partidos que davam sustentação ao governo de Jair Bolsonaro. A investida envolve negociações de cargos de segundo e terceiro escalão para garantir apoio à aprovação de pautas prioritárias do Palácio do Planalto. Responsável pela articulação política, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, já teve reuniões com caciques de Republicanos e União Brasil, além de ter mantido contato com o PP. As três siglas têm integrantes dispostos a fazer uma aliança com o novo inquilino do poder e já deixaram clara a disposição de dialogar.

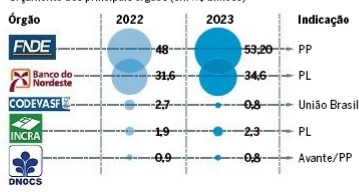
Para ampliar a base, o governo tem acenado com cargos na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e superintendências estaduais dos Correios. Também avalia recriar a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que tem um orçamento de R\$ 2,9 bilhões para realizar obras de saneamento básico e cujas atribuições foram transferidas ao Ministério das Cidades, comandado pelo MDB.

O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR), avalia que a manutenção da Funasa, extinta por Lula, seria um ativo importante para ajudar a consolidar a base:

O FEUDO DO CENTRÃO

Estruturas que eram controladas pelo bloco parlamentar no governo Bolsonaro

Orçamento dos principais órgãos (em R\$ bilhões)



FUNASA
O PT pressiona o governo a recriar a Fundação Nacional de Saúde, que foi extinta pelo presidente Lula e teve suas atribuições redistribuídas com o Ministério das Cidades, comandado pelo MDB.

Orçamento originalmente previsto em 2023: **2,9 bilhões**

ESTRUTURA
26 superintendências estaduais
3 departamentos (Saúde Ambiental, Engenharia de Saúde Pública e Administração)



*A partir do governo Lula

— Isso (recriação da Funasa) é fundamental para a relação com os partidos da base. Informe-me (aos ministros do governo) que não achei uma boa solução. É um órgão indispensável e pequenos municípios — justificou o deputado.

MAIOR OBSTÁCULO

Nas conversas com antigos aliados de Bolsonaro, a maior dificuldade está em pavimentar um acordo com o PP, do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), reeleito ao posto na se-

mana passada com 464 votos, um recorde desde a redemocratização. O partido também é liderado por Ciro Nogueira, ex-ministro da Casa Civil e opositor declarado de Lula. Nomes importantes da legenda, que tem 49 deputados e seis senadores, já fizeram chegar a Lula que a adesão ao governo dependeria da ocupação de ministérios, o que não está no horizonte do presidente pouco mais de 30 dias depois de ele ter fechado a composição da Esplanada.

Para driblar essa resistência, Lula aposta na relação com o presidente da Câmara e na manutenção de cargos ocupados por expoentes do partido. O comando do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) continua com Fernando Marcondes Leão, indicado em 2020 pelo cacique do Centrão e pelo Avante de Pernambuco. De acordo com integrantes da sigla, o parlamentar não planeja atuar como oposição, mas está contrariado com a nomeação para ministro dos Transportes de Renan Filho, cujo pai, Renan Calheiros, é rival histórico de Lira em Alagoas.

Independentemente do desfecho das negociações entre Lula e o presidente da Câmara, integrantes do PP já admitem que não querem ficar aliados do poder.

— É natural que o PP queira conversar. Mesmo porque o partido já declarou independência, mas parte da bancada não quer ser oposição — diz o deputado Doutor Luizinho (PP-RJ).

Na semana passada, Alexandre Padilha se reuniu com o líder do Republicanos na Câmara, Hugo Motta (PB). O partido integra a triade que compõe o núcleo duro do Centrão, ao lado de PP e PL. Na avaliação do Planalto, a relação com a sigla ligada à Igreja Universal tende a ser mais circunstancial e focada em pautas econômicas e sociais do governo, sem o compromisso de alinhamento nas posturas relacionadas a costumes.

— Seremos independentes. Aliás, já somos — diz o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP).

Parlamentares do partido,

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4